

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1198290 - SC (2010/0112289-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : NOVA PROSPERA MINERAÇÃO S/A
INTERES. : COMPANHIA CARBONÍFERA URUSSANGA E OUTRO
INTERES. : CARBONÍFERA CRICIÚMA S/A E OUTRO
INTERES. : CARBONÍFERA METROPOLITANA S/A E OUTROS
INTERES. : COMPANHIA BRASILEIRA CARBONÍFERA DE ARARANGUA
INTERES. : BARBONÍFERA BARRO BRANCO S/A
INTERES. : AUGUSTO BAPTISTA PEREIRA - ESPÓLIO
INTERES. : COQUE CATARINENSE LTDA E OUTROS
INTERES. : CARBONÍFERA PALERMO LTDA E OUTROS
INTERES. : IBRAMIL IBRACOQUE MINERAÇÃO LTDA
INTERES. : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
INTERES. : CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA E OUTRO
INTERES. : ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, DE OBSCURIDADE E DE CONTRADIÇÃO. MERO INCONFORMISMO DA PARTE EMBARGANTE. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL QUANTO À INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DO APELO NOBRE (ART. 469, I DO CPC/1973). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA UNIÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. A teor do disposto no art. 1.022 do Código Fux, os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, o que não se verifica no caso dos autos, porquanto o acórdão embargado dirimiu todas as questões postas de maneira clara, suficiente e fundamentada.

2. Os Embargos de Declaração não se prestam à finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou propiciar novo exame da própria questão de direito material, de modo a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

3. Dos próprios argumentos dispendidos nos Aclaratórios, verifica-se não se tratar de qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, mas de mera pretensão de reforma do julgado com base em seu inconformismo com a solução jurídica ali aplicada; pretensão incabível nesta via recursal.

4. Com efeito, o acórdão embargado consignou, claramente, que não houve o prequestionamento da matéria objeto do Apelo Nobre.

Neste cenário, caberia à parte embargante ter interposto o Recurso Especial por violação do art. 535 do CPC/1973 para apontar eventual omissão da Corte de origem, o que não foi feito.

5. Constatado o erro material no voto condutor do acórdão, que se referiu aos arts. 7, 9 e 11 do Código Fux, é necessário o acolhimento dos Aclaratórios neste ponto, para fazer constar que a falta de prequestionamento se refere ao art. 469, I do CPC/1973.

6. Embargos de Declaração do Ente Federal parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes, apenas para a correção de erro material na indicação do dispositivo legal.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator